

Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil¹

Bruno Bolognesi²

Flávia Roberta Babireski³

Ana Paula Brito Maciel⁴

Resumo

As classificações ideológicas dos partidos políticos brasileiros são periodicamente atualizadas a fim de captar mudanças e tendências. Contudo, usualmente apenas grandes partidos nacionais são escolhidos em detrimento do sistema partidário como um todo. Tal escolha reduz a compreensão que temos sobre a representação política no país, na medida em que cada dia mais a fragmentação partidária se eleva e partidos pequenos passam a ocupar posições antes reservadas aos grandes. Assim, nosso objetivo aqui é mensurar e validar a medida em relação a um conjunto de partidos que é frequentemente ignorado pela literatura. Para tanto, selecionamos oito agremiações menos classificadas pelos cientistas políticos no eixo esquerda-direita. A classificação foi realizada utilizando *web based survey* com a comunidade de *experts* brasileiros e brasilianistas. A fim de testar a validade, mensuramos a congruência com estudos anteriores e com os programas e manifestos partidários destes oito desconhecidos.

- 1 Os autores agradecem a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) pela colaboração e apoio na condução do campo da pesquisa aqui apresentada em resultados parciais, aos colegas Adriano Codato e Ednaldo Ribeiro e aos pareceristas anônimos que melhoraram substancialmente este trabalho. Os erros e equívocos remanescentes são de inteira responsabilidade dos autores.
- 2 Cientista político, professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR), coordenador do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS) (www.lapesufpr.com.br). Editor associado da Revista de Sociologia e Política (www.scielo.br/rsocp), pesquisador do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latinoamericanos (NEPLA/UFSCar) e professor visitante na University of Oxford, e-mail: brunobolognesi@gmail.com.
- 3 Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários - LAPeS/UFPR, e editora chefe da Revista Eletrônica de Ciência Política, e-mail: flaviababireski@gmail.com.
- 4 Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora no Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários - LAPeS/UFPR e editora assistente da Revista Eletrônica de Ciência Política, e-mail: anapaulabmaciel@gmail.com.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Nossa hipótese é que estes partidos são pouco classificados porque possuem posições ideológicas latentes e não salientes. Os resultados apontam no sentido da confirmação da hipótese, ainda que fatores contextuais e sistêmicos tenham peso na dificuldade da comunidade científica em classificar nossas legendas partidárias.

Palavras-chave: Partidos políticos. Ideologia partidária. Congruência ideológica. Manifestos partidários.

Introdução

Com 35 partidos políticos registrados, 30 destes representados na Câmara dos Deputados, o Brasil não é somente um caso patológico de fragmentação partidária mas também um desafio metodológico para encontrar padrões e regularidades que nos ajudem a traduzir nosso sistema partidário. Não são poucos os esforços em tentar classificar as legendas brasileiras (COPPEDGE, 1997; RODRIGUES, 2002a e 2002b; KINZO, 2005; CARREIRÃO, 2006; BRAGA, 2007; WIESEHOMER; BENOIT, 2007; ZUCCO JR., 2009; POWER; ZUCCO JR., 2009; DANTAS; PRAÇA, 2010; MADEIRA; TAROUCO, 2011; DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012; TAROUCO; MADEIRA, 2013a e 2013b; MELO, 2015; BERLATTO; CODATO; BOLOGNESI, 2016; SCHEEFFER, 2016). Ainda assim, com o surgimento de novas legendas, a chegada ao governo de partidos antes dados como “nanicos” e a perda de peso das agremiações tradicionais as tarefas de debater e classificar nossos partidos necessitam ser constantemente revisitadas.

Apesar de necessárias, as novas classificações tendem a atualizar as colorações ideológicas dos partidos brasileiros sem trazer alternativas palpáveis e viáveis para resolver um problema recorrente (COPPEDGE, 1997; TAROUCO; MADEIRA; 2015): como classificar partidos pouco conhecidos por eleitores e analistas? Há um set de legendas que sempre ficam de fora das classificações canônicas por ausência de fontes confiáveis, por falta de confiabilidade do dado coletado ou simplesmente porque são organizações dadas como pouco relevantes. Usualmente, são partidos pequenos que não possuem bancadas expressivas – quando eles as têm – no legislativo nacional, governam apenas uma ou outra cidade e suas ideias e programa são desconhecidos pela maioria.

Com o crescimento desses partidos na Câmara dos Deputados a cada eleição, parece fazer sentido conhecer não somente os grandes partidos brasileiros – Partido dos Trabalhadores (PT), PSDB, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Democratas (DEM), Partido Progressista (PP) –, mas também o grupo de partidos que ocupa hoje mais de metade das cadeiras do Congresso Nacional e representa, por intermédio de seus deputados e senadores, grossa fatia da população. Para isso, nós selecionamos os oito partidos políticos que apresentaram as menores taxa de retorno na aplicação de um *expert survey* com cientistas políticos brasileiros e brasilianistas. Estes partidos representam o quartil inferior no que se refere à taxa de resposta. MDB, Partido Republicano Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido da Mulher Brasileira (PMB), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Verde (PV), Rede Sustentabilidade (REDE) e Avante (AVANTE) foram os partidos que os cientistas políticos brasileiros mais deixaram de classificar quanto à ideologia. Em média 14,01% dos entrevistados deixaram de posicionar estas legendas em uma escala de zero a dez, onde zero representava o ponto mais à esquerda e dez mais à direita. Um total de 519 indivíduos, 88 deles deixaram de apontar a posição do PMB, o partido com menor taxa de resposta, enquanto 57 não classificaram o PRTB, sendo o partido com maior taxa de resposta entre nossa seleção. Esses oito partidos políticos são os 25% menos classificados de nosso universo, são as legendas que os *experts* entrevistados preferiram não marcar nenhuma opção para sua classificação ideológica.

Este artigo tenta dimensionar as diferenças entre técnicas de classificação ideológica distintas e propor um exercício de *validity* do tipo *test-retest* (FINK, 2003, p. 49; FRANZMANN; KAISER, 2006, p. 176). Nosso objetivo é oferecer realizar um teste de congruência entre a classificação resultado de nosso *survey*⁵ com outras classificações possíveis. Nossa hipótese de trabalho é que a análise de não resposta revelará que tais partidos deixam de ser classificados não por um completo desconhecimento por parte

5 Os autores agradecem à Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) que deu apoio na fase cadastral e na etapa de campo e também à comunidade de cientistas políticos que se dispuseram a responder ao questionário.

dos *experts*, mas sim porque são partidos que possuem ideologia pouco manifesta. Para testar nossa hipótese, estabelecemos a mensuração e o teste de validade em duas fases: *test-retest* e congruência ideológica. O primeiro se refere à reaplicação da mesma escala ideológica utilizada por Tarouco e Madeira (2015) e a mesma população, ainda que não se trate de um estudo de painel, mas sim de tendência (JOHNSTON, 2009). O segundo implica mensurar a congruência ideológica a partir da análise dos programas destes partidos, estabelecendo uma conexão, ou falta dela, entre o que os partidos políticos afirmam defender e como isso os aproxima ou os afasta da percepção dos cientistas políticos.

A pesquisa e este trabalho são frutos da aplicação de *web based survey* com a comunidade de cientistas políticos brasileiros. Foram aplicados um total de 781 questionários; mas, para efeito de controle, estão considerados aqui apenas aqueles respondentes que possuíam no mínimo titulação de mestre. A coleta de dados aconteceu durante os meses de junho e julho de 2018. Entre outras perguntas, os cientistas políticos foram instados a classificar em uma escala posicional – não numérica – todos os partidos políticos do Brasil entre esquerda e direita. Ou seja, os *experts* não conseguiam determinar, ao menos não poderiam ter certeza, a posição numérica na escala de um a dez, somente posicionar os partidos mais próximos ou mais distantes dos polos de esquerda ou direita. Em uma escala desta dimensão, o centro estava disponível para posicionar as legendas.

O artigo está dividido em cinco partes. Inicialmente, apresentamos o debate teórico e metodológico sobre os principais problemas e as vantagens em posicionar os atores políticos espacialmente. Em seguida, abordamos a questão da classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Na terceira parte, apresentamos os argumentos para realizarmos um estudo de congruência ideológica. Em seguida, mostramos como os dados se comportaram e quais foram os principais achados da proposta aqui trabalhada. Por fim, encerramos com a discussão dos resultados, propondo uma explicação contextual e institucional.

Posições espaciais e partidos políticos

Não há classificação espacial que tente localizar atores políticos em uma dada *policy* que não sofra de problemas metodológicos⁶. Alternativas para contornar o problema com uma estratégia frequentemente acarretam outras dificuldades. Contudo, os percalços não podem ser tomados como um convite ao abandono do problema. Estabelecer se um partido político pertence ou se encontra no campo da direita, da esquerda ou do centro oferece algumas vantagens. A primeira é que podemos analisar a trajetória de uma legenda de forma comparada de modo que os conceitos possam viajar no tempo, para usar a terminologia de Sartori (1994). Em segundo lugar, a classificação dos partidos políticos a partir de sua coloração ideológica nos permite entender determinadas posições abstratas que não seriam captadas a não ser pelo conhecimento extensivo sobre uma ou todas as organizações de um dado sistema, ou seja, estabelecer um atalho cognitivo aumenta nossa capacidade de compreensão. Outra vantagem é poder estabelecer tendências de direção na competição e nas alianças em um dado sistema partidário ou comparando diferentes sistemas (MAIR, 1999, p. 3). Além disso, as categorias de esquerda e direita ou de liberal e conservador ainda servem como forma de entender a *realpolitik*, sendo possível estabelecer relações causais e demonstrar mecanismos que apontam para a relação entre visão de mundo e decisões atitudinais (LAYER, 2001b). Por fim, posicionar os partidos deste modo nos permite perceber a relação entre as expectativas dos eleitores e a representação política dos partidos nos governos – sendo situação ou oposição – facilitando a relação de *accountability* em situações mediadas por partidos.

Por outro lado, a classificação dos partidos políticos em qualquer que sejam as categorias reduz a especificidade e pode esconder traços mais importantes da vida de uma organização que não estejam ligados necessariamente à ideologia (EPSTEIN, 2009). Classificações a partir da família partidária (ENNSER, 2010), a partir da genética organizacional (DUVERGER, 1951) ou por modelos de partido (HARMEL, 2002) são sujeitas à passagem do tempo e à fragmentação e mudança dos sistemas partidários.

6 Para um debate sobre posições espaciais que não ideológicas, ver: Laver, 2001a (chap. 1).

Não que o conceito de ideologia não esteja sujeito a tais efeitos, mas como um conceito elástico – para continuarmos nas sugestões sartorianas – é comparável longitudinalmente no tempo e no espaço. De outro modo, a classificação ideológica dos partidos políticos tende a ser unidimensional e limitada pela fonte. A unidimensionalidade pode ser uma vantagem para comparação, contudo um partido político pode ser classificado a partir da posição de seus representantes eleitos (DESPOSATO, 2006; POWER; ZUCCO JR., 2009; ZUCCO JR., 2011), por seus manifestos (TAROUCO; MADEIRA; 2013b; BABIRESKI, 2014a, 2014b), por suas alianças eleitorais (LAVIER; SCHOFIELD, 1998; CARREIRÃO, 2006), por sua composição social (RODRIGUES, 2002a, 2002b), pela percepção dos estudiosos no tema (WIESEHOMMEIER; BENOIT, 2007) e até mesmo por suas propostas quanto à políticas públicas (ENNSER, 2010). Ou seja, pedir coerência dos partidos em todas as arenas de atuação seria complicado para os atores políticos e para os analistas. Ainda, ao olharmos um partido político em cada uma destas distintas arenas poderíamos encontrar organizações muito diferentes em si. Um partido político pode se comportar de forma hierárquica e ativa em sua atuação parlamentar, sem que ele se mostre com a mesma verve em sua face eleitoral (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Mas qual a melhor solução? Não temos uma resposta pronta. A classificação espacial de atores políticos tem de ser trabalhada com cautela redobrada (MAIR, 1999). Contudo, no caso brasileiro, esta é uma das poucas opções para uma investida no entendimento da totalidade de nossos partidos políticos. Com 35 legendas em atividade, são muitas aquelas que não possuem representantes eleitos em nível nacional (como PCO, PSTU, DC, PMB e PMN). São poucos os partidos que controlam posições executivas e que possuem linearidade em suas políticas públicas. Com elevados graus de fisiologismo (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000; EPSTEIN, 2009) e personalismo legislativo e eleitoral (SAMUELS, 1999; BAKER *et al.*, 2016) as eleições são águas turbulentas para o entendimento da relação espacial na competição partidária. De modo que, ainda que de forma parcial e com validade questionável, a opinião de *experts* e o uso de manifestos partidários são duas alternativas concretas se desejamos explicar além dos grandes partidos que circundam a disputa presidencial.

Posicionando ideologicamente os partidos políticos brasileiros

Se há uma complexidade na conceituação da dicotomia esquerda e direita, o mesmo se repete – ou mesmo se intensifica – quando a tentativa é classificar os partidos políticos brasileiros nesse diapasão ideológico. Classificar a posição dos partidos políticos brasileiros no espectro ideológico tem sido feito com métodos empíricos variados (DALTON; MCALLISTER, 2014), tais como análise de opinião pública, avaliação de especialistas, manifestos e programas partidários (MADEIRA; TAROUÇO, 2011; TAROUÇO; MADEIRA; 2013b), autoposicionamento de elites partidárias e comportamento parlamentar em votações e propostas.

Classificar os partidos políticos em uma escala ideológica apresenta desafios inerentes ao contexto de cada país e seu histórico, como variações no significado dos conceitos, cultura política, além das perspectivas teóricas e normativas dos analistas (MAIR; MUDDE, 1998). Quando falamos do Brasil, especificamente, surgem algumas peculiaridades. De acordo com Tarouco e Madeira (2013b), as razões para as dificuldades são diversas e a própria conceituação dos termos esquerda e direita se torna um obstáculo devido às transformações que sofrem no decorrer da história.

Temos um complexo processo de transformação na estrutura dos partidos ao longo do tempo. Desde a abertura política, muitas legendas sofreram alterações de nomenclatura ou foram extintas para a criação de novas; mas, mantiveram a mesma base legal e institucional (GIMENES; BORBA, 2017). O país atende pelo maior número efetivo de partidos legislativos do mundo (GALLAGHER, 2015), o que, em conjunto com a articulação governativa por meio do presidencialismo de coalizão (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2008), dificulta a distribuição dos partidos no espectro ideológico.

De acordo com Downs (1999), os partidos canalizam suas preferências com o intuito de ganharem votos; por esse motivo, buscam evidenciar diferenças com relação ao outro e se movem no espectro ideológico. Ou seja, o que realmente prevalece é a prospecção de votos conforme as preferências dos eleitores médios. Permeia no Brasil um debate que aponta uma

indiferenciação das legendas partidárias; logo, os partidos de esquerda, centro e direita acabam não diferenciando suas bandeiras na disputa eleitoral.

Apesar de termos no Brasil 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número efetivo de partidos está próximo de 14 (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2017), o que não significa que somos um país interpartidariamente competitivo; ao contrário, a miríade de organizações confunde o eleitor que passa a escolher seu representante com base na competição personalista (BALMAS *et al.*, 2012).

Conforme destacam Ribeiro e Bolognesi (2017), os partidos políticos podem demarcar seus espaços frente aos eleitores com base em dois elementos: configuração do sistema eleitoral e estrutura da organização partidária. O sistema eleitoral é determinante na estruturação da competição partidária e relaciona o número de partidos que estão na disputa de uma corrida eleitoral e seus respectivos pesos. Ser majoritário ou proporcional reflete diretamente nas possíveis diferenciações programáticas entre os partidos políticos que competem uma corrida eleitoral, impactando nas estratégias destes, os quais buscam se diferenciar programática e ideologicamente dos seus concorrentes. A organização partidária, por sua vez, é capaz de mobilizar bases sociais, contratar profissionais, servir como atalho cognitivo, selecionar e financiar candidatos, pôr em marcha o programa do partido e coordenar as atividades governativas. Contudo, nenhuma destas dimensões foi capaz de diferenciar os partidos políticos brasileiros (PEREIRA; MUELLER, 2003; RIBEIRO, 2014). Ou seja, nosso sistema eleitoral contribui para a indiferenciação e as organizações partidárias não possuem diferenças quando agregadas a partir de cortes ideológicos.

Em uma tentativa de classificação e compreensão, diversos enfoques têm sido dados à análise de posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros. Embora o sistema composto por um grande número de partidos resulte nas dificuldades de diferenciação dos partidos, estudos recentes apontam a necessidade de relativização da noção de homogeneização dos partidos, ao menos no âmbito federal. Um dos trabalhos que comprovam tal hipótese é o do Scheeffer (2016), que verificou quão compatíveis foram os votos dos parlamentares federais da 14ª legislatura quando comparados ao campo ideológico em que seus respectivos partidos

políticos estão localizados. O autor aponta que existe a prevalência de ideologia e coerência em relação aos posicionamentos no parlamento.

Olhando para políticas públicas, a importância de localizar os partidos políticos dentro do *continuum* esquerda-direita, relaciona-se tanto com as análises de gastos dos governos quanto com resultados macroeconômicos, conforme destacam Tarouco e Madeira (2013a). Os autores apontam que governos de direita tendem a ter gastos destinados a políticas redistributivas, ao passo que governos de centro e direita tendem a focar em políticas de ajuste.

Outra abordagem possível é sondar diferentes categorias de entrevistados sobre o posicionamento dos partidos no eixo esquerda-direita, como Tarouco e Madeira (2015), visto que estes comparam a classificação dos eleitores, de especialistas e da própria elite política. Os autores investigaram a hipótese de que os partidos em geral não têm ideologia definida comparando os resultados de dois *experts surveys* desenvolvidos em 2007 e 2010. O primeiro refere-se ao projeto desenvolvido por Wiesehomeier e Benoit (2007); o segundo, à coleta de dados desenvolvida no encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2010, em que os pesquisadores das áreas temáticas relacionadas a eleições, à representação política e às instituições foram convidados a classificar os partidos políticos brasileiros no espectro esquerda-direita. Os resultados apontaram que os próprios especialistas tiveram dificuldades com a classificação de parte dos partidos políticos. Outro risco possível é que os especialistas usam seus conhecimentos sobre as preferências ideológicas dos eleitores para estimar também a posição do partido, o que pode influenciar nos resultados para que haja uma alta congruência (ANDEWEG, 2011).

Trabalhos como o de Dias, Menezes e Ferreira (2012) classificam os partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita com base em uma análise de conteúdo dos projetos de lei apresentados pelo líder de cada bancada às assembleias legislativas e à Câmara Federal, durante o período da 51ª legislatura (2003 a 2006). A partir da coleta e classificação dos projetos, os autores distribuíram os partidos no eixo esquerda-direita, identificando a existência de valores pós-materialistas e identificação do público-alvo de cada partido. A partir disso, concluíram que existe uma aglomeração dos partidos no centro da escala e nenhum partido ficou à direita. Uma das

justificativas deste resultado diz respeito à associação da direita ao apoio ao regime militar, pois esta se permeava no ideário de que o militarismo ocorreu para conter uma possível ameaça vindo do comunismo. Durante um longo período pós-redemocratização, pesquisas de opinião pública e com elites políticas demonstraram que poucos indivíduos se autocalificavam próximos à direita, pois esta estaria associado ao autoritarismo. Esse fenômeno ficou conhecido como “direita envergonhada” (PIERUCCI, 1987).

Rodrigues (2002) analisou a composição sócio-ocupacional dos parlamentares e identificou uma correlação entre a composição social dos seis maiores partidos brasileiros (PT, PSDB, MDB, PROGRE, DEM e PDT) e suas orientações ideológicas em uma escala esquerda-direita. Partidos mais à esquerda (PDT e PT) apresentavam ocupações oriundas do magistério e poucos empresários, partidos de centro (MDB e PSDB) apresentavam parlamentares com ocupações de profissionais liberais e partidos mais à direita (Progressistas e DEM) com grande número de empresários e cargos de confiança.

Para resumir o debate: ainda que haja incentivos sistêmicos para que as agremiações partidárias se comportem de forma pouco coesa, diversas análises apontam para uma possível proximidade dentro dos polos ideológicos e distância entre estes. As classificações dos partidos políticos, seja uni ou multidimensionalmente, em escalas ideológicas nos possibilita entender, em sentidos mais específicos, a competição partidária e suas dinâmicas; avaliar a formação de coalizões entre partidos e até que ponto a ideologia e política se relacionam com processos políticos da *realpolitik*; e comparar sistemas partidários entre países e ao longo do tempo em relação ao papel das ideologias na formação de alianças entre partidos. O problema aparece quando olhamos para o sistema partidário como um todo e percebemos que a classificação ideológica e a congruência interpartidária têm sucesso apenas quando falamos de grandes partidos, o que exclui em alguns casos 80% dos partidos políticos brasileiros.

A congruência partidária e a ideologia

A localização de partidos dentro de um espaço comum nos permite avaliar até que ponto as diferenças são importantes e relevantes para os

resultados das políticas dos governos, no recrutamento de seus quadros, na forma como os partidos se coligam eleitoralmente; além disso, ajudar-nos a compreender o funcionamento e a eficácia de um governo representativo. Os partidos políticos, nesse sentido, são uma instituição que representa a canalização de demandas e comunicação entre os representantes e os representados (SARTORI, 1980).

De acordo com Carreirão (2015), a literatura tem mostrado a importância de vínculos programáticos e ideológicos entre representantes e cidadãos para uma efetiva *accountability* e até mesmo para a confiança dos cidadãos no sistema. Estudos sobre representação política verificam em torno de qual eixo os regimes políticos democráticos giram, sendo duas as abordagens teóricas predominantes: a análise de representação por meio de eleições e a análise dedicada a verificar em que medida os políticos correspondem às preferências dos cidadãos, chamada de congruência política (OTERO FELIPE; ZEPEDA, 2010).

De acordo com Converse e Pierce (1986), identificar o posicionamento das elites políticas, partidos e cidadãos é uma questão central nos estudos de representação, visto que, por meio das análises, podemos observar em que medida os representantes consideram as opiniões e preferências daqueles que representam. Isso posto, congruência não pode ser considerada como sinônimo de representação, embora uma maior ou menor correspondência entre as opiniões dos cidadãos e seus representantes sejam um indicador de *responsividade* dos governos às demandas dos governados.

Nos termos de Piquet e Moisés (2015), a abordagem que discute qualidade da democracia estabelece que a eficácia da representação política depende dos modos específicos que os partidos políticos estruturam sua relação com a sociedade, especialmente com os eleitores. Ou seja, conhecer as ideias, propostas e debates nos quais o partido está inserido é importante para garantir representação política. Organizações dotadas de baixa programaticidade não oferecem previsibilidade e tornam-se imunes a qualquer processo de *accountability*, na medida em que não “prometem” nada para seus eleitores.

Diversos estudos teórico-normativos debatem a respeito da democracia representativa; porém, as discussões normalmente se voltam para a problemática de que os eleitores/cidadãos nem sempre são efetivamente

representados pelos partidos políticos e parlamentares eleitos. É possível, dentro dos estudos de congruência, verificar se os partidos representam ideologicamente os seus eleitores e se há conformidade nos posicionamentos em relação a políticas públicas específicas (CARREIRÃO, 2015). Como é de nosso interesse, conforme exposto, buscamos identificar se os partidos políticos apresentam congruência com uma parcela específica de analistas, capacitados para inferir, a partir de sua formação profissional, se os partidos representam aquilo que afirmam em seus documentos.

Podemos dividir os estudos de congruência política em dois tipos: i) por meio da comparação entre preferências dos eleitores com as preferências dos representantes ou programas/manifestos dos partidos políticos e; ii) por meio da comparação entre preferências dos eleitores com políticas efetivamente aprovadas. Independentemente do tipo de congruência analisada, há sempre a tendência de compreender a representação como um processo, pois se deve avaliar a congruência como modelos dinâmicos de representação. Nesse sentido, tentamos apontar de que modo a percepção dos *experts* muda ao longo do tempo, captando tendências sistêmicas em relação à congruência ideológica. Em seguida, buscamos mensurar a congruência da percepção dos *experts* em relação aos documentos partidários, remetendo este trabalho ao primeiro tipo de estudos de congruência.

O método para medir preferências dos eleitores é normalmente por meio de *surveys*, em uma escala geral de esquerda-direita ou questões específicas que mensuram o conteúdo ideológico de uma organização como valores, cultura política ou defesa de determinadas pautas que separam a diáde ideológica. Comumente não são medidas de forma direta, mas considera-se a opção partidária revelada, uma vez que os eleitores “assumem” estar de acordo com o manifesto do seu partido (ANDEWEG, 2011).

As preferências dos representantes são, em alguns casos, medidas por meio da análise de conteúdo dos manifestos e programas partidários, assumindo o ideal de que todos os representantes de um partido estão de acordo com todas as propostas do manifesto do partido ao filiarem-se a este. Para abordar o manifesto, é importante considerarmos termos de políticas específicas, medindo a ênfase que se dá a cada questão e o posicionamento do partido; por isso, apresentamos tais pontos logo a seguir.

Nos métodos, há a adversidade de que o eleitorado, as elites e/ou os partidos políticos não são atores unitários; assim, muitas vezes é necessário comparar as tendências centrais. O reducionismo final é comparar a posição do eleitor mediano com a posição do legislador mediano. Dessa forma, uma dimensão possível para as medidas consiste em calcular a distância entre a posição média – ou mediana – da posição do partido e a posição dos eleitores do partido ou a diferença entre o cidadão comum e o governo ou legislador. As duas medidas indicam que, quanto maior for a distância, menor será a congruência entre representantes e constituintes e vice-versa. A congruência ideológica pode, portanto, ser calculada de diferentes maneiras, conforme o modo em que ela for conceituada e medida. As abordagens do estudo desse fenômeno podem ser diferenciadas de acordo com as unidades que estão sendo analisadas, tais como indicadores, medidas e temas analisados. Nossa opção neste estudo foi por analisar a partir da média das posições dadas aos respectivos partidos. Esse reducionismo é necessário para captar a percepção agregada. Na Tabela 1 apresentamos os resultados e seus desvios em referência aos oito partidos aqui selecionados, de acordo com o *survey* conduzido com os profissionais.

Tabela 1 – Posição média na classificação ideológica dos partidos 25% menos classificados

Partido	Missing	Média ideologia	Sd	CV
PMB	88	6,9	2,033	0,294638
PV	84	5,29	1,789	0,338185
PHS	76	6,96	1,936	0,278161
PMN	75	6,88	2,097	0,304797
AVANTE	68	6,32	2,266	0,358544
REDE	68	4,77	1,718	0,360168
MDB	66	7,02	1,664	0,237037
PRTB	57	7,45	1,976	0,265235

Fonte: expert survey ABCP (2018).

Em primeiro lugar, observamos que, com exceção de PV, classificado como centro e REDE, como centro-esquerda, todos os demais partidos são classificados como pertencentes ao campo da centro-direita ou

direita⁷. Isso chama atenção principalmente porque o principal movimento dos especialistas quando desconhecem um determinado partido é classificá-lo ao centro da escala (MAIR, 2001). Ainda que a quantidade de *missig data* seja significativa, algum indicador que seja capaz de classificar tais partidos é melhor do que nenhum. Nesse sentido, o fato de partidos com pouca ou nenhuma representação (como PHS, PMB, PMN e REDE) serem classificados pela maioria dos respondentes oferece pistas importantes para compreendermos a razão do posicionamento médio destas legendas.

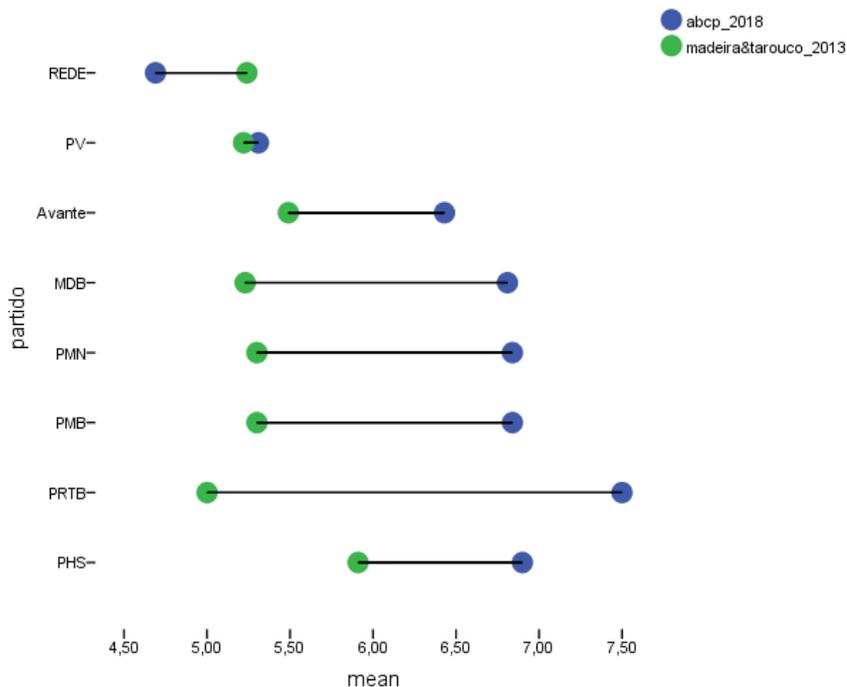
Em segundo lugar, observa-se que o coeficiente de variação (CV, na última coluna) é bastante razoável. Outros partidos de nosso levantamento apresentam coeficientes muito maiores até para agremiações com posições ideológicas manifestas e extremas como o Partido da Causa Operária (PCO), média de 0,9 com CV de 1,832 ou o Partido Comunista Brasileiro (PCB), média ideológica de 0,56, com 1,35 de variação. Isso mostra que, apesar da quantidade de pessoas que deixaram de classificar os partidos da Tabela 1, os que classificaram apontaram maior precisão do que outros onde se esperaria uma classificação bastante homogênea.

Salienta-se que, entre os partidos menos classificados, encontram-se novas agremiações (como REDE e PMB), partidos tradicionais (MDB, PV) e legendas tratadas por alguns autores como pequenos partidos fisiológicos (BRAGA, 2007). Por outro lado, o MDB, por exemplo, é um partido apontado frequentemente como pertencente a esta categoria, ainda que não seja um pequeno partido. Talvez a combinação entre partidos recentemente criados, o fisiologismo e o nanismo sejam a razão para deixar de marcar na escala a posição destas organizações específicas. O que não responde, por outro lado, a associação com a direita – ponto que retomaremos com a análise dos programas e manifestos partidários.

Não obstante, tais partidos tiveram sua classificação e, por consequência, sua posição ideológica média alterada pelos especialistas? O Gráfico 1 mostra a mudança na ideologia apontada por Madeira e Tarouco (2013) antes de nossa investida comparada aos nossos resultados.

7 Para fins de classificação assumimos que partidos que estivessem entre 0 e 1,9 em média, seriam classificamos como partidos de extrema esquerda; partidos entre 2 e 4,9 como centro-esquerda; partidos entre 5 e 5,9 como de centro; entre 6 e 8,9 como de centro direita e; entre 9 e 10 como extrema-direita.

Gráfico 1 – Classificação ideológica (média) dos partidos políticos selecionados comparando Madeira e Tarouco (2013) e o expert survey ABCP 2018



Fonte: Madeira e Tarouco (2013) e expert survey ABCP (2018) | $r = .078$

A pesquisa conduzida por Madeira e Tarouco teve sua fase de campo realizada em 2010, oito anos antes da que embasa este resultado comparado. São dois mandatos presidenciais e, entre eles, um processo de impeachment. Com exceção do REDE, todos os demais partidos caminham para a direita na avaliação da comunidade de *experts* consultada. O interessante é que a maioria dos partidos estava posicionado no centro do espectro ideológico na ocasião do levantamento de dados de Madeira e Tarouco (2013); ademais, no interím entre um e outro levantamento, o movimento foi passar a classificar tais partidos como direita. Como mencionamos, embora não sejam as mesmas pessoas que responderam ao mesmo levantamento, a população como um todo percebe que estes partidos migraram para um ponto mais à direita na escala ideológica. Isso pode estar relacionado com o

fator contextual do impeachment ocorrido no início de 2016 quando um partido de centro-esquerda, o PT foi alijado do governo em um processo liderado pelo MDB. Além disso, o MDB contou com apoio de vários pequenos partidos fisiológicos presentes aqui, como PV – único que não mudou de posição, PHS e AVANTE (antigo Partido dos Trabalhadores do Brasil, PTdoB). Por outro lado, ainda que o REDE tenha apoiado o impedimento do governo petista, não figurou entre os que caminharam para a direita. Outros partidos, como PMN, PRTB e PMB não possuíam deputados eleitos e foram colocados na vala comum da direita.

Por fim, cabe notar que a correlação entre uma classificação e outra é bastante baixa ($r = .078$) e, para estes partidos, mostra como a passagem do tempo faz com que a percepção sobre a ideologia se altere por fatores que imaginamos encontrem-se na atuação política destas legendas, como no caso do PRTB que sustentou uma candidatura à presidência declaradamente conservadora e neoliberal em 2018, o que aumenta a percepção deste como legenda de direita.

Já que não há padrão ou o fator contextual não é capaz de explicar na totalidade o movimento de seis de oito legendas para a direita, testamos a hipótese de que os manifestos e programas partidários poderiam oferecer lastro para posicionar estas legendas onde estão.

Na análise de manifestos, a finalidade é apresentar resultados comparativos de mensuração do posicionamento ideológico dos partidos; assim, nosso recorte para análise foram documentos de natureza programática dos partidos brasileiros: manifestos, programas, ideários, doutrina. O foco não está precisamente na nomenclatura dada pelo partido ao seu documento e sim no conteúdo específico desejado. Outros documentos, como estatutos e programas eleitorais, não são metodologicamente precisos para esse tipo de análise, visto que os estatutos tratam de regras procedimentais e da estrutura funcional dos partidos e que os programas eleitorais são frutos de uma criação coletiva da coligação que disputa o pleito; desse modo, não é possível identificar e diferenciar os posicionamentos ideológicos específicos de cada legenda em seu conteúdo.

Assim os documentos analisados foram:

Quadro 1 – Partidos e documentos analisados

Partido	Documento	Páginas	Fonte
Partido da Mulher Brasileira	Programa partidário	5	Site do partido
Partido Verde	Programa partidário	14	Site do partido
Partido Humanista da Solidariedade	Doutrina	14	Site do partido
Partido da Mobilização Nacional	Manifesto/programa	2	Livro 'Partidos políticos brasileiros'
Avante	Manifesto/programa	2	Livro 'Partidos políticos brasileiros'
Rede Sustentabilidade	Manifesto	5	Site do partido
Movimento Democrático Brasileiro	Programa partidário	18	Site do partido
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	Programa partidário	1	Site do partido

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Objetivo foi utilizar o documento mais atual disponibilizado pelos partidos. O primeiro caminho de coleta foram os *websites* dos partidos; e obtivemos sucesso em seis casos: PMB, PV, PHS, REDE, MDB e PRTB. No PMN, o site da legenda não contém nenhum texto que seja da natureza que procuramos. O mesmo se repetiu com o AVANTE. No caso específico do AVANTE, como houve a troca do nome da legenda em 2018, entramos em contato com o partido, via telefone e e-mail, e a resposta que nos foi dada é que os documentos que o partido possui são os disponibilizados no site do TSE; porém, no referido para todos os partidos há apenas o estatuto. Considerando que no AVANTE ocorreu apenas troca da nomenclatura, já que informações e notícias sobre o antigo PTdoB ainda permanecem no site, entendemos que não houve uma ruptura programática na legenda a ponto de alterarem seu posicionamento político. Assim, a alternativa para os dois partidos, PMN e AVANTE, foi utilizar os manifestos publicados no livro: Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias (BRASIL, 2014).

A metodologia que empregamos é amplamente difundida internacionalmente, lançada em 1979 com a finalidade de traçar um comparativo

entre o conteúdo dos programas eleitorais dos partidos europeus. O inicialmente designado Manifesto Research Group, hoje Manifesto Project (MAPOR), conta atualmente com 4.476 documentos de 1.172 partidos de 753 eleições (MANIFESTO PROJECT DATABASE, 2019).-

A metodologia do MAPOR consiste na classificação das *quasi-sentence*, ou quase-sentença, que são os trechos, podendo ser menores que uma frase, que versem sobre algum tema, em uma das 56 categorias predeterminadas. As categorias são agrupadas em sete *domínios*, que são grandes eixos temáticos (relações exteriores; liberdade e democracia; sistema político; economia; *welfare state* e qualidade de vida; estrutura da sociedade; e grupos sociais). Além da classificação por eixos temáticos, a metodologia apresenta indicadores para mensuração do posicionamento dos partidos sobre temas específicos como mercado (*markeco*), planejamento econômico (*planeco*), ideologia (*rile*), *welfare state* (*welfare*) e paz (*intpeace*) (KLIGEMANN *et al.*, 2006).

A vantagem analítica da técnica é permitir o desmembramento do texto em unidades menores que uma frase, ganhando em precisão classificatória, e ao mesmo tempo mantendo o significado interpretativo do texto. Detalhes que não seriam possíveis de serem obtidos em análises qualitativas automatizadas, ou pela presença de palavras, ou mesmo pela classificação de frases e parágrafos inteiros. Por ser uma metodologia consagrada, com protocolos procedimentais e banco de dados de longo período, há outro ganho, que é a possibilidade de estudos comparativos, entre partidos e países longitudinal ou transversalmente.

Outro ponto de destaque é que esta permite a adaptação das categorias para contextos específicos. Partidos latino-americanos passaram a constar oficialmente na base de dados a partir de 2018; para esses países, foram criadas subcategorias analíticas específicas, por exemplo, sobre a transição dos períodos ditatoriais. No Brasil, a aplicação da metodologia iniciou-se com Tarouco (2007) em estudo comparativo sobre o posicionamento ideológico dos programas partidários com os projetos de emendas constitucionais apresentados por deputados e senadores de 1988 a 2006. Posteriormente, surgiram outros sobre os partidos brasileiros empregando a metodologia desenvolvida pelo MAPOR (TAROUCO; MADEIRA, 2013b; BABIRESKI, 2014a e 2014b; BOLOGNESI; BABIRESKI, 2018).

Munidos desse ferramental, passamos a determinar a posição ideológica dos oito partidos segundo os documentos analisados. Para isso, utilizamos a escala Rile (*right-left scale*) adaptada para o caso brasileiro.

A partir da incorporação de partidos latino-americanos pelo MAPOR, o índice Rile para a América Latina sofreu uma adaptação das suas categorias específicas para esses países. Para a América Latina, o índice passou a contar com 38 categorias; algumas se mantiveram originais e outras foram sendo desmembradas destas.

Em Partidos, programas e o debate sobre a esquerda e direita no Brasil, Tarouco e Madeira (2013b) propuseram uma adaptação no índice, alterando as categorias que o compõe. Os autores consideraram algumas questões peculiares, como o posicionamento das legendas durante o período ditatorial e o liberalismo econômico da década de 1990. Nesse trabalho, além do índice Rile para a América Latina, também demonstraremos as categorias no índice Rile adaptado por Tarouco e Madeira comparado com o resultado do survey com cientistas políticos. No quadro abaixo estão as categorias utilizadas no índice.

Quadro 2 – Composição da escala direita-esquerda para análise de documentos partidários

	Direita	Esquerda
Tarouco e Madeira (2013b)	Forças Armadas: positivo	Regulação do mercado
	Livre iniciativa	Planejamento econômico
	Ortodoxia econômica	Economia controlada
	Limitação do <i>Welfare State</i>	Análise marxista
	Classe média ou grupos profissionais: positivo	Expansão do <i>Welfare State</i>
		Classes trabalhadoras: positivo
Índice Rile para América Latina	Forças Armadas: positivo	Anti-imperialismo: Estado central
	Liberdade	Anti-imperialismo: influência financeira estrangeira
	Direitos humanos	Forças Armadas: negativo
	Constitucionalismo: positivo	Paz: positivo
	Autoridade política: competência partidária	Internacionalismo: positivo
	Autoridade política: competência pessoal	Democracia geral: positivo
	Autoridade política: governo forte	Democracia geral: negativo
	Transição elites pré-democráticas: positivo	Democracia representativa: positivo
	Transição elites pré-democráticas: negativas	Democracia direta: positivo
	Transição reabilitação e compensação	Regulação do Mercado
	Livre iniciativa	Planejamento econômico
	Incentivos	Protecionismo: positivo
	Protecionismo: negativo	Economia controlada
	Ortodoxia econômica	Nacionalização: positivo
	Limitação do <i>Welfare State</i>	Expansão do <i>Welfare State</i>
	Modo de vida nacionalista: positivo	Expansão da educação: positivo
	Modo de vida nacionalista – imigração: negativo	Classes trabalhadoras: positivo
	Moralidade tradicional: positiva	
	Lei e ordem: positivo	
	Lei e ordem: negativa	
Harmonia social: positivo		
Harmonia social: ativismo		

Fonte: Tarouco e Madeira (2013b) e MAPOR (2018).

O valor final do índice é dado pelo resultado da subtração da proporção de texto nas categorias de direita da proporção de esquerda. O resultado tem uma variação +100 à -100, onde hipoteticamente o documento apresentasse a totalidade de seus trechos classificados nas categorias de direita ou esquerda, respectivamente. Para fins comparativos com a escala utilizada no *survey*, os resultados aqui demonstrados foram normalizados na escala de zero a dez.

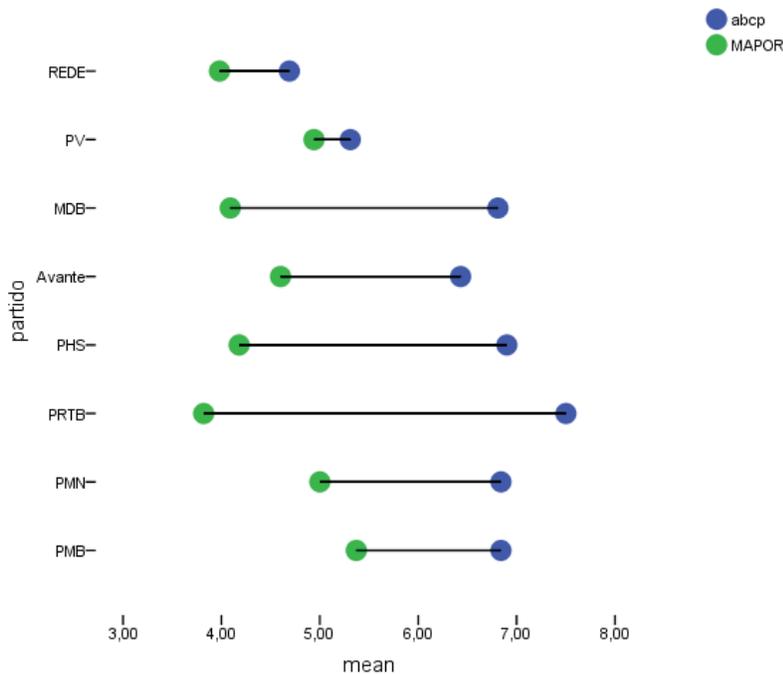
Como podemos ver no Gráfico 2, logo a seguir, os resultados apontam para uma inversão em relação ao primeiro gráfico. Quando analisamos os manifestos, as doutrinas e os programas partidários, encontramos os partidos políticos posicionados entre o centro e a centro-esquerda. PMB, PMN, AVANTE e PV posicionam-se no centro da escala Rile, enquanto que MDB, REDE, PHS e PRTB estão na posição centro-esquerda.

O primeiro ponto que observamos é que o PV é o único partido político que se mantém solidamente no centro em qualquer classificação ideológica que aqui apresentamos. É a única legenda em que qualquer método apresenta consenso em torno de sua posição. Talvez isso esteja ligado à natureza mais programática e menos ideológica do partido e ao fato de manter uma conduta de alianças eleitorais flexível ao longo dos seus 33 anos de vida.

A evidência de que todos os partidos políticos se apresentam em seus documentos como legendas de centro ou de centro-esquerda enquanto que a classificação por parte da comunidade de politólogos os coloca como de centro-direita está relacionada a dois fatores suplementares. O primeiro fator é que a posição de um dado partido político em uma dimensão da escala posicional ocorre em função da relevância daquela posição para o partido político em si (MAIR, 1999, p. 12). Ou seja, uma legenda que não faz questão de enfatizar que se posiciona à esquerda não será lembrada como tal. O segundo fator é que os partidos políticos brasileiros parecem possuir postura incongruente entre aquilo que inserem em seus manifestos e a percepção que o público faz de sua atuação política e representativa. Isso está ligado ao arranjo institucional brasileiro que é bastante permissivo para o surgimento de novas legendas (BARBOSA; SCHAEFER; RIBAS, 2017) por permitir que partidos perdurem sem elegerem um representante sequer e sigam custeados pelos recursos públicos.

Esse quadro dá espaço para legendas de aluguel ou legendas que pertencem a um grupo ou família específica sem necessariamente possuírem programaticidade política ou base social (BOLOGNESI, 2016). Tais legendas não apresentam saliência em questões que normalmente dividem ideologicamente as percepções; por outro lado, elas se posicionam de forma pouco saliente em todos os pontos, polarizando o documento sem que isso chegue até o eleitorado ou aos *experts*. O fato de que aparecem em seus manifestos posições mais à esquerda repete o encontrado por Franzmann e Kaiser (2006, p. 183) em relação à Alleanza Nazionale, oriundo do MSI, partido de suporte do regime fascista na Itália, classificado como de direita pelos *experts* e como de centro a partir de seu manifesto.

Gráfico 2 – Classificação ideológica (média) dos partidos políticos selecionados comparando os programas partidários e o expert survey ABCP 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, sites dos partidos e *expert survey* ABCP (2018) | $r = -.016^8$

Ainda, seguindo o que sugere Mair (2001, p. 23), o constante aumento na fragmentação partidária brasileira faz com que, ao longo do tempo, os *experts* passem a ocupar mais as diferentes posições das escalas para diferenciar os partidos políticos entre si. Isso significa que, quanto mais partidos são solicitados para classificação, maior será a chance de que polarizações antes não existentes surjam. Contudo, é importante que examinemos a dimensão representada pelos círculos verdes no Gráfico 2, os manifestos e programas partidários para entendermos o descompasso.

8 O uso de testes de correlação para testes de validade externa é utilizado por Franzmann e Kaiser (2006).

Além das 56 categorias de análise do MAPOR, há uma específica destinada aos trechos que não se enquadram em nenhuma das categorias analíticas, nomeada de “não codificável”. De modo geral, essa categoria é destinada à apresentação da história do partido, ou dos seus membros ilustres; porém, contempla também trechos textuais que não apresentem posicionamento sobre algum tema. Na Tabela a seguir, trouxemos os valores da proporção dos textos dos oito partidos que puderam ser classificados em alguma das categorias; para ilustrar a comparação, a mesma análise foi realizada em seis grandes partidos de direita⁹ brasileiros.

Tabela 2 – Proporção de trechos classificáveis nos documentos (%)

Partidos		Grandes partidos de direita	
PRTB	58,84	PP	86,75
PMN	69,7	PR	87,41
MDB	73,09	DEM	88,02
REDE	73,81	PSD	90,52
AVANTE	78,44	PSC	91,25
PHS	79,94	PRB	95,35
PV	86,48		
PMB	96,98		
Média	77,16	Média	89,88

Fonte: Elaboração dos autores e adaptada de Bolognesi e Babieski (2018).

O que chama atenção é a proporção de trechos que não se enquadram nas categorias de análise. Entre os oito partidos, seis apresentam mais de 20% do seu documento programático na categoria *não classificável*, ou seja, o conteúdo textual não trata de temas e posicionamentos políticos e ideológicos, o que não era esperado por conta da natureza do documento. O maior destaque é o PRTB, pois é o partido em que mais trechos do seu documento não são categorizáveis, passando de 40%.

9 Poderíamos trazer os grandes partidos de esquerda. Contudo, nestes a manifestação ideológica é ainda mais contundente o que tornaria nossa comparação evidentemente pouco calibrada.

Comparativamente o quantitativo categorizável desses seis partidos se apresentam abaixo do esperado. Em outro estudo, de Bolognesi e Babireski (2018), utilizando o recorte de partidos de direita, as duas menores taxas de trechos codificados foram do PP com 86,75% e 87,41% do Partido da República (PR). Os oito partidos aqui selecionados, com exceção do PMB, são econômicos em suas posições. O PMB, por seu turno, é um partido com dez anos de vida, o que não o faz exatamente um novato. Por outro lado, nestes dez anos, o partido serviu apenas como esteira para deputados personalistas e a pauta que pretende defender esteve mais ligada a partidos da esquerda e centro-esquerda, como PT, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e, mais recentemente, ao PDT.

Os partidos que apresentaram as maiores taxas de não resposta no *survey* com cientistas políticos, também são partidos que, nos seus manifestos partidários, a ausência de conteúdo programático é alta, o que é considerado um comportamento característico de partidos fisiológicos. Não é apenas a dinâmica do sistema partidário que leva à polarização mais intensa em relação aos partidos em geral, mas também o fato de que estes partidos em específico possuem menor quantidade informacional para que possamos identificar suas posições.

Considerações para pesquisas futuras

Retomamos o ponto de que alguma medida é melhor do que nenhuma. É importante reforçarmos este ponto na medida em que os pequenos partidos ganham espaço no cenário político nacional – ocupando inclusive a presidência e a vice-presidência da República – e não podem ser sistematicamente ignorados pela Ciência Política. É a política que costuma agendar os temas de estudo da academia e não o inverso.

Em segundo lugar, precisamos lembrar que *expert surveys* devem ser tratados como aquilo que são e não como uma representação fiel das posições partidárias ou da competição entre legendas. Dito isso, a primeira vantagem em usar esse tipo de procedimento é poder conceder legitimidade à pesquisa; afinal, especialistas tendem a ser mais bem informados e a possuírem, entre seus interesses, proximidade com a literatura sobre partidos políticos. A segunda vantagem é o presenteísmo da avaliação, já

que os *experts* tendem a avaliar a situação atual dos partidos e não o que estes fizeram no passado. Por fim, tratar com cientistas políticos confere precisão e rapidez na classificação, o que torna a pesquisa comparável ao longo do tempo sem que precisemos nos preocupar com idiosincrasias na compreensão de perguntas, escalas, mensurações ou atalhos para aumentar o entendimento do questionário. Apesar destas vantagens, especialistas baseiam suas avaliações nas mesmas fontes que devemos olhar de forma complementar para entender o posicionamento de atores políticos, como: a atuação das elites, as políticas públicas, os manifestos, o comportamento legislativo e a atuação eleitoral.

Nesse sentido, a tentativa de realizarmos dois testes de validade de nossos resultados mostrou que há um descompasso entre aquilo que os partidos políticos defendem e a percepção que se têm deles por parte dos cientistas políticos. A congruência ideológica nesse sentido é baixa. O que confirma a hipótese de que os partidos políticos oferecem elementos de baixa qualidade para que possamos classificá-los. Em relação à validade entre *expert surveys*, seria preciso examinar se partidos que oferecem maiores condições de mensuração (programas e manifestos mais claros, por exemplo) aumentam a correlação entre nossa classificação e anteriores. Apesar de reconhecermos o ponto de Mair (2001) sobre a relação entre fragmentação e polarização, alguns partidos, como REDE e PV, demonstram consistência.

Ainda que não se trate de um estudo definitivo, a comparação de diferentes fontes traz elementos para pensarmos quais seriam as melhores alternativas em nossas pesquisas e escolhermos estratégias mais precisas para analisarmos o sistema partidário brasileiro. Embora parcial e limitada, nossa contribuição espera colaborar com o debate sobre diferentes estratégias para a análise de um quadro de agremiações cada vez mais confuso e que frequentemente exige a combinação de métodos para seu entendimento.

Referências

ANDEWEG, R. B. Approaching perfect policy congruence: measurement, development, and relevance for political representation. *In*: ROSEMA, M.; DENTERS, B.; AARTS, K. (Ed.). **How democracie works**. Political representation and policy congruence in modern societies. Essays in honour of Jacques Thomassen. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2011. p. 39-52

BABIRESKI, F. As diferenças entre a direita do Brasil, Chile e Uruguai: análise dos programas e manifestos partidários. **Paraná Eleitoral**, v. 3, n. 1, p. 171-198, 2014a.

BABIRESKI, F. **A direita no Brasil, Chile e Uruguai**: estudo dos programas e manifestos partidários. Orientadora: Luciana Fernandes Veiga. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014b.

BAKER, A.; AMES, B.; SOKHEY, A. E.; RENNO, L. R. The dynamics of partisan identification when party brands change: the case of the Workers Party in Brazil. **ECPR Joint sessions**, v. 78, n. 1, p. 197-2013, jan. 2016.

BALMAS, M.; RAHAT, G.; SHEAFER, T.; SHENAHV, S. Two routes to personalized politics: Centralized and decentralized personalization. **Party Politics**, v. 20, n. 1, p. 37-51, 2012.

BARBOSA, T. A. L.; SCHAEFER, B. M.; RIBAS, V. de L. Novos competidores no Brasil? Candidatos e eleitos pela REDE, PMB e NOVO. **Newsletter**. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 1-17, 2017.

BERLATTO, F.; CODATO, A.; BOLOGNESI, B. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 21, p. 77-120, 2016.

BOLOGNESI, B. Dentro do Estado, longe da sociedade: a distribuição do Fundo Partidário em 2016'. **Newsletter**. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, v. 3, n. 11, p. 1-15, 2016.

BOLOGNESI, B.; BABIRESKI, F. Posicionamentos ideológicos dos partidos políticos de direita no Brasil. In: PECCININ, L. E. (Org.). **Direito Partidário**. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 89-105.

BRAGA, M. do S. S. O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 53-90, 2007.

BRASIL. Senado Federal. **Partidos políticos brasileiros**: Programas e diretrizes doutrinárias. Brasília: Senado Federal, 2014.

Brasileira, P. da M. (2018) Programa do partido, PMB. Disponível em <http://www.pmb.org.br/o-programa-do-pmb/> Acesso em: 01 out. 2018.

Brasileiro, M. D. (2018) Programa partidário, MDB. Disponível em: <https://www.mdb.org.br/conheca/programa-partidario/> Acesso em: 01 out. 2018.

Brasileiro, P. R. T. (2018) Programa, PRTB. Disponível em: <http://prt.org.br/2016/10/30/programa/> Acesso em: 01 out. 2018.

CARREIRÃO, Y. DE S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.

CARREIRÃO, Y. DE S. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, p. 393-429, 2015.

CONVERSE, P. E.; PIERCE, R. **Political representation in France**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

COPPEDGE, M. **A Classification of Latin American Political Parties, Working Paper**. 244. EUA: The Helen Kellogg Institute for International Studies, 1997.

DALTON, R. J.; MCALLISTER, I. **Continuity and Change in the Left-Right Positions of Political Parties**. 20 aug. 2014. Disponível em: <https://openresearch-repository.anu.edu.au/bitstream/1885/14336/2/Dalton%20and%20McAllister%20Continuity%20and%20Change%202015.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008'. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. (Ed.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro; São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung; Ed. Enesp, 2010. p. 99-133.

DESPOSATO, S. W. Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 1, p. 62-80, 2006.

DIAS, M. R.; MENEZES, D. B.; FERREIRA, G. da C. "A quem serve o Graal?". Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 209-235, maio/ago. 2012.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, M. **Les partis politiques**. Paris: Armand Colin, 1951.

ENNSER, L. The homogeneity of West European party families: the radical right in comparative perspective. **Party Politics**, v. 18, n. 2, p. 151-157, 2010a.

EPSTEIN, D. J. Clientelism Versus Ideology: Problems of Party Development in Brazil. **Party Politics**, v. 15, p. 335-355, 2009.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Política orçamentária no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora FGV; Fundação Konrad-Adenauer, 2008.

FINK, A. **The Survey Handbook**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2003.

FRANZMANN, S.; KAISER, A. Locating Political Parties in Policy Space: A Reanalysis of Party Manifesto Data. **Party Politics**, v. 12, n. 2, p. 163-188, 2006.

GALLAGHER, M. Election indices dataset. *Comparative Political Studies*, 2015. Acesso em: 30 jan. 2019.

GIMENES, É. R.; BORBA, J. **Poder legislativo e cultura política**. Valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina. Curitiba: CPOP, 2017.

HARMEL, R. Party organizational change: competing explanations?. *In*: LUTHER, K. R.; MÜLLER-ROMMEL, F. (Ed.). *Political parties in the New Europe: political and analytical challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 391.

JOHNSTON, R. Survey Methodology. *In*: BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; COLLIER, D.; BRADY, H. E. **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 384-403.

KINZO, M. D. A. **Os partidos no eleitorado**: percepções públicas e laços partidários no Brasil, 20. 2005.

KLIGEMANN, H.; VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I.; MCDONALD, M. D. **Mapping policy preferences II**: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LAYER, M. **Estimating the Policy Positions of Political Actors**. London: Routledge, 2001a.

LAYER, M. Why should we estimate the policy positions of political actors? *In*: LAYER, M. **Estimating the policy positions of political actors**. New York: Routledge, 2001b. p. 3-9.

LAYER, M.; SCHOFIELD, N. **Multiparty government**: the politics of coalition in Europe. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1998.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 1-25, 2011.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAIR, P. Searching for the positions of political actors: a review of approaches and an evaluation of expert surveys in particular. **ECPR Joint Sessions**, mar. 1999. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Fmn4_2Nk8XIJ:https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/fb463aa5-49d2-4ba6-8b88-aecca865ac475.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 10 set. 2019.

MAIR, P. Searching for the positions of political actors: a review of approaches and a critical evaluation of expert surveys. *In*: LAYER, M. (Org.). **Estimating the policy positions of political actors**. New York: Routledge, 2001. p. 10-30.

MAIR, P.; MUDDE, C. The Party Family and its study. **Annual Review of Political Science**, p. 211-228, jan. 1998.

MANIFESTO PROJECT (MAPOR). 2019 Disponível em: <https://manifesto-project.wzb.eu>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MELO, C. R. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, p. 365-392, 2015.

OTERO FELIPE, P.; ZEPEDA, J. A. R. Measuring political representation in Latin America: a study of the ideological congruence between parties and voters. **American Political Science Association**, Washington, p. 1-39, 2010.

Partido Humanista da Solidariedade. **Doutrina partidária**, PHS. Disponível em: <http://phs.org.br/institucional/doutrina-partidaria/> Acesso em: 01 out. 2018.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n4/a04v46n4.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2012.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, v. 19, p. 26-45, 1987.

PIQUET, G.; MOISÉS, J. Á. Sobre o enraizamento dos partidos políticos na sociedade brasileira, Interesse Nacional. 2015. Disponível em: <http://interessenacional.com.br/2015/01/08/sobre-o-enraizamento-dos-partidos-politicos-na-sociedade-brasileira/>. Acesso em: 30 ago. 2012.

POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

RIBEIRO, E.; BOLOGNESI, B. Ideologia e representação: valores e atitudes dos legisladores municipais. In: GIMENES, É. R.; BORBA, J. (Ed.). **Poder legislativo e cultura política**. Valores, atitudes, trajetória e comportamento políticos dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina. Curitiba: CPOP, 2017. p. 131-181.

RIBEIRO, P. F. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 52, p. 121-158, 2014.

RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, 2002a.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002b.

SAMUELS, D. J. Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-centric Electoral Systems: Evidence from Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 32, n. 4, p. 487-518, 2019.

SARTORI, G. **Partidos y sistemas de partidos**. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

SARTORI, G. Comparación y método comparativo. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. (Ed.). **La Comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994. p. 29-50.

SCHEEFFER, F. **Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados**: faz sentido ainda falar em esquerda e direita? Orientador: Yan de Souza Carreirão. 2016. 291 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Sustentabilidade, R. (2018) **Manifesto**, REDE. Disponível em: Acesso em: 01 out. 2018.

TAROUCO, G. D. S. **Os Partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda.** Orientador: Jairo Nicolau. 2007. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TAROUCO, G. D. S.; MADEIRA, R. M. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, v. 7, n. 2, p. 93-114, 2013a.

TAROUCO, G. DA S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013b.

TAROUCO, G. DA S.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos. Análise de um expert survey. **Civitas**, v. 15, n. 1, p. 24-39, 2015.

VERDE, P. **Programa do partido**, PV, 2018. Disponível em: http://pv.org.br/wp-content/uploads/2016/06/programa_web.pdf Acesso em: 01 out. 2018.

WIESEHOMEIER, N.; BENOIT, K. **Parties and Presidents in Latin America: Data from Expert Surveys in 18 Latin American Countries, 2006-2007.** Konstanz; Dublin: University of Konstanz; Trinity College Dublin, 2007.

ZUCCO JR., C. Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 3, p. 1076-1092, jul. 2009.

ZUCCO JR., C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. *In*: POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. (Ed.). **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 37-60.

Knowing the void: ideological congruence and political parties in Brazil

Abstract

Brazilian political parties are periodically reclassified regarding their ideological colours in order to depict changes and trends. However, most scholars only use the major parties instead of entire party system. This choice hinders Brazil's political representation understanding, insofar as party fragmentation gets higher and small parties became relevant actors making themselves into major parties' position. Thus, our aim is to validate the ideological measure of a set of political parties usually ignored by literature. Therefore, we chose eight less graded political parties on left-right axis. Left-right classification was made through a web-based survey within Brazilianist and Brazilian political science community. In order to validate, we associate the output from experts' survey with previous classifications and with parties' manifestos. Our hypothesis states lack of grading is due to low programmatic levels in these eight parties and latent ideological positions of them, instead of salient. Results points out to an agreement with main hypothesis, even if contextual and systemic issues may hamper the scientific corpus capacity to ideologically rank our political parties.

Keywords: Political parties. Party ideology. Ideological congruence. Party manifestos.

Recebido em 03/02/2019

Approved em 20/05/2019